



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE – CMDCA  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR – 2015

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
Carandaí - MG  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR - 2015 (30 de agosto de 2015)**

**INSTRUÇÕES**

- 1 - O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para o seu início, munido de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.
- 2 - Após a distribuição das provas os candidatos devem cessar a comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, meio eletrônico ou não, sob pena de exclusão do processo de escolha;
- 2 - Durante a realização da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria;
- 3 - Antes de iniciar a realização da prova preencha corretamente os seus dados de identificação;
- 4 - Esta prova contém 25 (vinte e cinco) questões, objetivas, todas de múltipla escolha, estas identificadas pelas letras A, B, C e D,
- 5 - Cada questão possui apenas uma alternativa como resposta correta, que deverá ser assinalada;
- 6 - O cartão de respostas apresenta uma linha para cada questão, na qual o candidato deve marcar a opção de letra escolhida como respostas, marcando-a com um X;
- 7 - A rasura na marcação, ou a marcação de mais de uma opção na mesma questão a invalida, sendo a mesma considerada como "incorreta";
- 8 - A prova terá início às 08h00min e término previsto para as 12h00min, ou seja, duração máxima de 04 (quatro) horas, incluído o tempo de transcrição das respostas para o "cartão de respostas";
- 9 - O candidato só poderá deixar o local decorridos pelo menos 01 (uma) hora de seu início;
- 10 - Após início das provas, e antes de sua conclusão, o candidato só poderá deixar o local para ir ao banheiro, e acompanhado de um fiscal;
- 11 - Concluída a resolução das questões, e antes de deixar o local da prova, o candidato entregará ao Fiscal o cartão de respostas devidamente preenchido e assinado, bem como o caderno de questões, sob pena de não o fazendo ser excluído do processo de escolha;
- 12 - Os três últimos candidatos que permanecerem no recinto, só poderão deixar o local quando esgotado o prazo de realização das provas ou quando todos houverem terminado;
- 13 - O gabarito oficial, o teor das provas e a lista de aprovados serão publicados no mural do saguão do Prédio da Prefeitura, na Praça Barão de Santa Cecília, 68, Centro, Carandaí-MG, em até 48 horas após a sua realização,;
- 14 - Dos resultados serão aceitos recursos interpostos até o segundo dia útil após a publicação do Gabarito Oficial;
- 15 - A relação dos candidatos aprovados para a próxima fase serão divulgados no *site Oficial* do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- 16 - Aplica-se ao presente processo todas as demais previsões contidas no Edital nº 01/2015 e legislação pertinente.



### PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Preencha com V para verdadeiro e F para Falso:

- ( ) O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;
  - ( ) Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária;
  - ( ) Em cada Município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;
  - ( ) É de competência de o Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
  - ( ) Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar;
- A) V, F, F, V, V  
B) V, V, F, V, V  
C) F, V, F, V, V  
D) F, V, V, V, V

2. De acordo com a Lei Nº 8.069, DE 13 de julho de 1990, Art. 2º, é correto afirmar que:

- A) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- B) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até treze anos de idade completos, e adolescente aquela pessoa entre treze e vinte e um anos de idade;
- C) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até onze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- D) Criança, a pessoa com até doze anos de idade completos, e adolescentes a pessoa entre quatorze e 18 dezoito anos de idade;

3 - Em que faixa de idade situa-se a pessoa, para ser considerada criança, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA?

- A) entre quatro e doze anos incompletos.
- B) até doze anos de idade incompletos.
- C) entre doze e dezesseis anos incompletos.
- D) até quatorze anos de idade incompletos.

4. Qual o intervalo máximo de tempo a situação de crianças inseridas em programa de acolhimento institucional deve ser avaliada, a fim de possibilitar sua reintegração familiar?

- A) 6 meses
- B) 7 meses
- C) 8 meses
- D) 12 meses



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE – CMDCA  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR – 2015

5. Qual a definição de “família natural” de uma criança ou adolescente, segundo o artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente?
- A) pai e/ou mãe, avós, irmãos e primos
  - B) pai e/ou mãe e seus descendentes
  - C) pai e/ou mãe, avós, irmãos, tios e primos
  - D) pai e/ou mãe, avós e padrinhos
6. Em relação ao direito de reconhecimento do estado de filiação, podemos afirmar que:
- A) É direito disponível.
  - B) Não pode ser exercido contra os herdeiros dos pais.
  - C) É direito prescritível.
  - D) É direito personalíssimo.
7. Segundo o que dispõe o art. 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a guarda, a tutela e a adoção são consideradas:
- B) direitos fundamentais constitucionais.
  - A) formas de colocação em família substituta.
  - D) institutos da filiação natural.
  - C) medidas de acolhimento institucional
8. Para que Marina possa ser colocada em família substituta, de acordo com o art 28, parágrafo segundo, do Estatuto da Criança e do Adolescente, será necessário seu consentimento, a ser colhido em audiência.  
A partir desta afirmação, concluímos que Marina tenha idade superior a:
- A) 8 anos
  - B) 10 anos
  - C) 11 anos
  - D) 12 anos
9. Qual é a diferença mínima de idade exigida entre adotante e adotando, para fins de se proceder à adoção?
- A) vinte anos a mais que o adotando.
  - B) dezoito anos a mais que o adotando.
  - C) dezesseis anos a mais que o adotando.
  - D) cinco anos a mais que o adotando.
10. Ao tratar do direito da criança e do adolescente à educação, o ECA, em seu artigo 56, determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar, dentre outros, os casos de alunos:
- A) reincidentes em situações de indisciplina
  - B) cujos pais não acompanham com assiduidade a sua vida escolar
  - C) com reiteração de faltas injustificadas, esgotados os recursos escolares
  - D) com maior dificuldade de acompanhar os trabalhos escolares
11. É proibido qualquer trabalho:
- A) A menores de quatorze anos de idade em qualquer circunstância.





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR – 2015

- B) A menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- C) A maiores de quatorze anos e menores de 18 anos de idade.
- D) A menores de dezoito anos de idade.

12. O Conselheiro Tutelar é dotado de autoridade pública para receber denúncias, aplicar medidas que interferem na conduta das pessoas, requisitar serviços públicos para garantir direitos constitucionais, entre outros. No entanto, o conselheiro tutelar não é uma autoridade em si mesmo. Ele compõe um órgão em que a autoridade é exercida de forma:

- A) subordinada.
- B) policial.
- C) delegada.
- D) colegiada.

13. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é feita através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São, assim, diretrizes da política de atendimento:

- I - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dele necessitem;
- II - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização políticoadministrativa;
- III - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- A) I e II
- B) II e III
- C) I e III
- D) I, II e III

14. Entidades não-governamentais que queiram fazer parte da rede de atendimento somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este, por sua vez, deve comunicar o registro ao(à):

- A) Conselho Tutelar e Autoridade Judiciária;
- B) Autoridade Policial e Centro de Referência de Assistência Social;
- C) Centro de Referência de Assistência Social e Conselho Tutelar;
- D) Autoridade Judiciária e Autoridade Policial.

15. Uma entidade que desenvolva programa de acolhimento institucional poderá acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, desde que em caráter excepcional e de urgência, como determina o artigo 93 do ECA. Nesse caso, e em até vinte e quatro horas, a quem a entidade deverá comunicar o fato,:

- A) à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
- B) ao Conselho Tutelar
- C) ao Juiz da Infância e da Juventude
- D) ao Ministério Público



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE – CMDCA  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR – 2015

16. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- I. Defesa técnica por advogado.
- II. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.
- III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- A) I e II
- B) II e III
- C) I e III
- D) I, II e III

17. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente as medidas de proteção

- A) serão aplicadas pelo Juiz ou Promotor de Justiça diante de atos infracionais.
- B) devem levar em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- C) serão aplicadas unicamente, quando os direitos previstos no ECA forem violados.
- D) não poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente e nem substituídas a qualquer tempo.

18. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA prevê a aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados, sendo princípios que regem essa aplicação:

- I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- II - responsabilidade primária e solidária do poder público;
- III - interesse superior da criança e do adolescente;
- IV - prevalência da família na promoção de direitos e na proteção.

Estão corretos os itens contidos na alternativa:

- A) I, II e III
- B) I, III e IV
- C) II, III e IV
- D) I, II, III e IV

19. É dever dos pais matricular os filhos na escola, em especial no ensino fundamental. O que poderá ocorrer quando os pais não cumprem com este dever?

- A) Serão presos pelo não cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- B) Receberão uma advertência verbal do juiz e ser ordenada a matrícula compulsória da criança ou adolescente.
- C) Perderão a guarda dos filhos, que serão encaminhados a abrigos e terão sua matrícula efetivada em uma escola próxima.
- D) Serão encaminhados à escola de pais para serem orientados e capacitados para desenvolverem habilidades de cuidados com os filhos.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE – CMDCA  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR – 2015

20. A autoridade judiciária deve manter um cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, descrevendo a situação jurídica de cada um e as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta. Terão acesso a esse cadastro:

- A) Delegado de Polícia, Centro de Referência de Assistência Social, Conselho Tutelar e Ministério Público.
- B) Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social e Delegacia da Mulher.
- C) Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.
- D) Centro de Referência de Assistência Social, Delegacia da Mulher, Secretarias de Educação e de Saúde.

21. Verificando hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, o juiz pode determinar, como medida cautelar:

- A) afastamento do agressor da moradia comum.
- B) destituição ou suspensão do poder familiar.
- C) afastamento da criança da família de origem.
- D) prisão provisória do agressor em regime fechado.

22. Dentre outras atribuições o Art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê para o Conselho Tutelar:

- A) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- B) atender crianças em situação de vulnerabilidade e risco e determinar a colocação em família substituta.
- C) executar programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de apoio sócio-familiar.
- D) assessorar a secretaria de planejamento do município na elaboração de projetos para atender os adolescentes com medida socioeducativa.

23. É atribuição do Conselho Tutelar aplicar

- A) Medida Sócioeducativa em Meio Aberto
- B) Medidas de Proteção
- C) Medidas de Internação
- D) Medidas de colocação em família substituta

24. É atribuição do Conselho Tutelar em relação ao Ministério Público:

- A) Assessorá-lo nos programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- B) Representar para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.
- C) Fiscalizar o Executivo nas ações de cidadania.
- D) Fiscalizar suas decisões e denunciar irregularidades ao Poder Judiciário.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR – 2015

25. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:
- A) A cada dez anos pelo Ministério Público.
  - B) Pela autoridade legislativa a pedido de qualquer cidadão.
  - C) Pela autoridade coatora a pedido do juiz responsável.
  - D) Pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE – CMDCA  
PROVA DO CONSELHO TUTELAR – 2015

### CARTÃO DE RESPOSTAS

Edital 01/2015

#### DADOS DO CANDIDATO

NOME: _____
CPF: _____ NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

Questão nº				
1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D

13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D